



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPEDH

Ata da Reunião Ordinária do COPEDH/PR — 03/02/2023

Ao terceiro dia do mês de Fevereiro do ano de 2023 às 09:24, em formato *online* por meio de *link* disponibilizado para os (as) conselheiros (as) sob justificativa prévia, iniciou-se a Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná – COPEDH/PR. Fizeram-se presentes os (as) **Conselheiros (as) Titulares Governamentais:** Rafael Osvaldo Machado Moura (MPPR), Aurélio Munhoz (AMP), **Conselheiros (as) Suplentes Governamentais:** Ana Lúcia Munhoz (OAB/PR), **Conselheiros(as) Titulares da Sociedade Civil:** Marcel Jeronymo Lima Oliveira (Grupo Dignidade), Bruna Ravena Braga dos Santos (Associação de Travestis e Transsexuais de Foz de Iguaçu - Casa de Malhu), Clau Lopes (APP Sindicato), Leonildo José Monteiro Filho (Movimento Nacional da População em Situação de Rua), Rute Regina Alves (ACTEP), **Conselheiros (as) Suplentes da Sociedade Civil Organizada:** Waleiska Emília Fernandes Figueira (SINDIJOR/PR), Hamilton Serighelli (Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu/CDHMP), Jorasi Matias Borges (Associação de Apoio a Moradia de Braganey), **Convidados/Colaboradores:** Gustavo Lira (DEJUDH/SEJUF), Caroline Vieira (TJ-PR), José Borges (SUDIS), Luana (DEJUDH/SEJUF). **Justificativa de Ausência:** Cláudio Marques (SESP) justificou sua ausência devido a uma viagem para Londrina (PR). **1. Abertura:** Inicialmente, Gustavo realizou a chamada nominal dos (as) representantes titulares e suplentes do COPEDH/PR e verificou que havia 13 conselheiros (as) presentes representando o Conselho Permanente de Direitos Humanos (COPEDH). A seguir, Bruna, em sua qualidade de presidenta deste colegiado, deu abertura a Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná — COPEDH/PR. Ademais, Bruna indicou que a participação da Caroline (TJ-PR) seria como ouvinte porque ainda não havia sido publicada sua substituição no Diário Oficial do Estado do Paraná. **2. Aprovação da pauta:** Bruna realizou a leitura da pauta e questionou se todos (as) haviam recebido. Sem manifestação, colocou-a em votação do pleno — sem ressalvas, a pauta foi aprovada por unanimidade. **3. Aprovação das atas das reuniões: Ordinária dezembro/2022 e Extraordinária janeiro/2023:** Bruna questionou se todos (as) haviam recebido as atas e se gostariam de solicitar alterações ou inclusões. Sem manifestação, colocou-as à votação — sem ressalvas, as atas foram aprovadas por unanimidade. **4. Informes**



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPEDH

dos Conselheiros(as/es): Waleiska informou que no mês de Janeiro foi realizada Audiência Pública que debateu a participação das APAC's — uma espécie de Sociedade Civil de administração do Sistema Penitenciário — no Sistema Penitenciário Paranaense em que ela participou, sendo interessante por ter sido possível ter posto os contrapontos com relação a todos os aspectos positivos e negativos da ampliação das APAC's no Paraná — um ponto que posteriormente solicitará como ponto de pauta na plenária do COPED para ampliar e informar sobre o debate. Ana solicitou que os *e-mails* do item 5.1 fossem encaminhados no momento de seus recebimentos para a comissão, sugerindo também, que fossem encaminhados diretamente à Defensoria Pública para que eles verifiquem como realizar essa triagem. Hamilton solicitou que fosse debatida as questões indígenas no Oeste Paranaense por se tratar de uma pauta muito grave, foram feitas muitas manifestações e pressão na Itaipu, porém, o recurso estava parado na Prefeitura de São Miguel do Iguaçu desde o dia 20 de Julho, tendo mais de 200 pessoas sem água na Aldeia do Ocoí em São Miguel do Iguaçu. Inclusive, o Cacique relatou que as crianças estavam bebendo água do lago, águas provenientes da chuva, de lavouras de soja, existindo relatos de várias crianças doentes. Portanto, Hamilton ressaltou a gravidade da situação e a necessidade do COPEDH tomar alguma providência com relação a isso, além disso, os indígenas de Santa Helena estavam sem comida alguma e também é necessário reforçar ao Governo do Estado. Waleiska informou que o COPEDH participou da conversa com o Comando Geral da Polícia Militar para tratar sobre as questões de violência policial contra jornalistas, agentes que são hostis aos profissionais da imprensa e nenhuma atitude é tomada quanto a isso. Nesta oportunidade, o Comando Geral da PM indicou que gostaria de participar das reuniões do COPEDH e solicitaram o encaminhamento das pautas e convocações para disponibilizar ouvintes. Marcel acrescentou que a Polícia Militar é representada pela suplência da SESP — a titularidade é do Delegado Cláudio Marques, da Polícia Civil —, porém, como o indicado estava impossibilitado de participar das reuniões, seria interessante sugerir à PM que conversasse com o Del. Marques e garantam sua representação oficial através da cadeira disponibilizada para a SESP. Waleiska concordou com a fala de Marcel e indicou que faria a sugestão para eles. Gustavo corrigiu a fala acima do Marcel, pois na verdade, o Delegado Cláudio Marques é o suplente do Coronel Marcos Antônio Teodoro. Marcel indicou que então



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPEDH

fosse sugerida a substituição da representação titular da SESP. **5. Informes da Secretaria-Executiva:** Gustavo relatou que informou o recebimento de uma carta de um custodiado da Casa de Custódia de Curitiba solicitando auxílio em seu processo de divórcio, pois não tem familiares que o ajudem — tendo solicitado este auxílio em diversos locais, mas sem sucesso. Por se tratar de uma questão relacionada ao sistema de privação de liberdade, a questão foi repassada para a Comissão de Monitoramento dos Sistemas de Privação de Liberdade, coordenada pela Waleiska, para receber um retorno do melhor encaminhamento possível para a questão. A seguir, Gustavo também informou que foi encaminhado para a presidenta Bruna o Relatório Direitos Territoriais e Proteção das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos das Comunidades Quilombolas no Brasil (2022) e foram solicitadas providências quanto ao ofício encaminhado. Além disso, foi encaminhado um *e-mail* para a Waleiska com relação a uma mulher gestante em cárcere em Apucarana e a conselheira indicou que já estava verificando a questão. Ademais, foi atualizada e encaminhada a Lista de Chamada conforme o Art. 27, inciso II, do Regimento Interno do Conselho conforme solicitado anteriormente. Em relação às viagens dos (as) conselheiros (as), Gustavo informou que, como ainda não há Secretário de Justiça e Cidadania, apenas o Secretário Interino, Rogério Carboni, ainda não é possível disponibilizar os recursos e autorizar as viagens — a expectativa é de que em Março esteja tudo definido e possam ser realizadas reuniões presenciais. Waleiska sugeriu para a Secretaria Executiva que as questões que são encaminhadas para as comissões fossem apresentadas no âmbito das mesmas para não haver repetição de pautas entre plenárias e comissões. Além disso, sugeriu que caso haja recomendações de encaminhamento que sejam dispostas no envio do *e-mail*, pois por exemplo, no caso do divórcio, ela ainda não sabia como proceder quanto à solicitação por falta de tempo. **6. Censo para descobrir número de moradores de Rua:** Ana informou que há Censos das Prefeituras de Salvador e São Paulo com relação aos moradores de rua, algo que não há no Paraná e auxiliaria na averiguação das necessidades desta parcela populacional, esta demanda foi proveniente de um grupo específico de estudos da OAB/PR, o qual poderia ser solicitado auxílio para apresentar os dados necessários para reivindicar esse Censo junto à Prefeitura de Curitiba. Aurélio sugeriu que também fosse reivindicado que na próxima atualização do Censo fosse incluída a população em situação de rua. Leonildo reforçou a



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPEDH

importância de fazer o Censo com relação à população de rua, pois o único dado disponível atualmente é do CadÚnico. Marcel sugeriu que fossem oficiados os órgãos a nível municipal e estadual sobre a construção desse Censo e principalmente à Prefeitura de Curitiba, exemplificando outros municípios como Salvador e São Paulo. Além disso, oficiar a Secretaria de Assistência Social do Estado do Paraná para que possa mapear, verificar e estimular que em municípios com maior concentração de população em situação de rua, articule juntamente aos municípios do interior do estado a formação de um Censo. Ana retificou a informação compartilhada, na verdade, a matéria era da Folha de São Paulo, os Censos foram em: Salvador, Belo Horizonte e Recife. Gustavo informou que no DEJUDH há o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua, com coordenação da servidora Dulce, que compartilharia algumas informações pertinentes quanto ao tema. Em seguida, Dulce — técnica do DEJUDH e representante da Política da População em Situação de Rua — informou que o CIAMPRua enviou um questionamento para o IBGE sobre a possibilidade de incluírem o levantamento da população em situação de rua no Paraná e no Brasil, porém, a resposta recebida foi de que o IBGE não possui a vocação de realizar pesquisas de não-residenciais, sendo vocação apenas pessoas residenciais. Entretanto, o IBGE se propôs a fazer o levantamento dos (as) acolhidos sociais — que possuem endereços através dos acolhimentos — ou locais permanentes, como por exemplo: pontes, viadutos, parques, invasões e etc. Inclusive, foi repassada a orientação para que o Estado do Paraná orientasse os municípios a fazer o levantamento da PSR com auxílio técnico do IBGE, solicitando que, após o município realizar o levantamento, entregue-o ao IBGE para que sejam construídas as planilhas. Enquanto o Censo não é realizado, Dulce informou que o Estado do Paraná faz levantamentos através do CadÚnico e do RMA, sendo realizada uma Cartilha em 2022 com a compilação dos dados da PSR — que está disponível no [site do CIAMPRua](#) em Pesquisas. Leonildo destacou que se o Governo Federal não elaborar essa pesquisa, é dever do Governo do Estado fazê-la, assim como foi feito por São Paulo e Minas Gerais, sugerindo que seria possível entrar com uma ação pela DPE/DPU para garantir a execução do Censo da PSR. A seguir, Aurélio se dispôs a ajudar no que fosse possível para divulgar a necessidade da pesquisa nos municípios paranaenses e que, honestamente, acredita ser pouco provável que todos municípios façam



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPEDH

esse Censo até porque é necessária uma metodologia e treinamento para executar esse serviço. Por isso, a sua sugestão de solicitar que o IBGE execute o Censo da PSR não seria para “empurrar” o serviço ao instituto, mas sim, pela necessidade de profissionais qualificados nesta área. Além disso, Aurélio indicou a necessidade de pressão do Ministério Público para execução do Censo, pois depende de recursos e quadros tecnicamente qualificados para execução do Censo. Marcel reforçou para que seja encaminhados ofícios para a Prefeitura de Curitiba exemplificando outros municípios para reivindicar a criação de um Censo em Curitiba e outro ofício para a Secretaria de Assistência Social, para que esta pense uma metodologia de pesquisa a nível estadual abarcando todas as prefeituras que constem no mapeamento da PSR. Bruna acrescentou que seja solicitado que o CNDH envie uma carta ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome para saber se estaria no plano fazer um mapeamento da PSR em possíveis ações do plano de governo atual. Marcel sugeriu que fosse diretamente ao Ministério de Direitos Humanos. Por fim, Bruna colocou em votação os encaminhamentos supracitados — sem ressalvas, foram aprovados por unanimidade. **7. Ofício encaminhado ao TJ/PR sobre questionamento referente ao direito da Instituição que regimentalmente tem direito a voz, não a voto:** Bruna informou que foi encaminhado um ofício ao TJ-PR com relação às atribuições de sua representação no COPEDH, pois anteriormente havia o posicionamento de manter-se somente com voz e sem direito a voto, entretanto, aparentemente agora há um novo posicionamento — devido a nova gestão do tribunal — com relação a sua representação — posicionamento trazido pelo conselheiro Jonathan na reunião extraordinária. Portanto, será encaminhado um ofício para colher seu posicionamento oficial quanto a isso para alteração na minuta da nova Lei do COPEDH. Por fim, Bruna colocou o envio de ofício em votação — sem ressalvas, foi aprovado por unanimidade. **8. Ausência de Secretário na SEJU:** Bruna informou que foi enviado ofício tanto pelo Comitê, quanto pelo COPEDH, ao Governo do Estado do Paraná solicitando a urgência da nomeação do Secretário da SEJU para dar prosseguimento aos trabalhos das políticas e não sofrendo danos à continuidade que vinha sendo feito. Marcel solicitou que, esteja bem destacado no ofício que na escolha do novo Secretário, o Governador esqueça qualquer fisiologismo político, pois Direitos Humanos não devem entrar em negócio e a pauta de justiça e



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPEDH

cidadania não pode ser um apanhado de divisão de cargos, sendo necessário a exigência de nomeação de atores comprometidos historicamente com a pauta de Direitos Humanos. A seguir, Clau também reiterou que o Governo do Estado deve priorizar a escolha do (a) novo (a) Secretário (a) por alguém comprometido com a pauta, uma vez que, anteriormente, os antigos Secretários da SEJUF nunca participaram das reuniões do COPEDH e os Direitos Humanos não podem ser reféns das negociações do segmento partidário. Hamilton pontuou que foi criada uma narrativa de que os Direitos Humanos protegem somente bandidos e absurdos do tipo, por isso, a população em geral não conhece as corretas funções dos Direitos Humanos, sugerindo que fossem feitas palestras para todas as forças de segurança pública sobre essa temática. Portanto, Hamilton sugeriu que fossem feitos ofícios ao Ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Sílvio Almeida, e à Secretaria Nacional da Segurança Pública, para que sejam realizadas palestras pelos Conselhos Estaduais de Direitos Humanos para os órgãos de segurança. Bruna indicou que a pauta era referente a nomeação do Secretário de Justiça e a solicitação do Hamilton deveria ser feita em outro momento. Ana informou que já existe um programa com relação a formação em Direitos Humanos para a Segurança Pública confeccionado pela OAB e UFPR, havendo diretrizes com relação a isso, podendo convidar a Professora Melina Fachin para apresentar o programa ao COPEDH/PR. Por fim, Bruna colocou os encaminhamentos supracitados em votação — sem ressalvas, foram aprovados por unanimidade. **9. Organização das pautas das comissões pela Secretaria Executiva do**

Conselho: Marcel propôs que a Secretaria Executiva organize previamente as pautas das comissões em um documento semelhante à pauta da plenária. Bruna informou que havia a previsão de uma formação das (os) Residentes Técnicos sobre como os conselhos têm efetuado estes trabalhos. Por isso, Bruna solicitou que fosse aguardado para que possa solicitar presencialmente quais ajustes devem ser feitos para melhorar o andamento das atividades do COPEDH. Gustavo informou que enviou às comissões alguns ofícios que estavam parados aguardando arquivamento, mas enviará novamente para verificar quais teriam continuidade do processo e quais seriam arquivados. **10. Indígenas de São Miguel do Iguçu:** Hamilton solicitou que fosse oficiado o Governo do Estado do Paraná e que era necessário urgentemente começar a resolver as questões fundiárias, pois dos indígenas acampados em torno dos 23



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPEDH

aldeamentos, 20 ainda não tem demarcação. Hamilton relatou que no mês passado houve agressões em Guaíra por parte da Polícia Federal e ressaltou que as resoluções acerca das questões fundiárias são de extrema urgência. Ademais, solicitou que seja oficiada à Itaipu e novamente às Prefeituras (Santa Helena, Guaíra e cidades que tem aldeias não regulamentadas) para que resolva a situação da fome entre os indígenas e da água em São Miguel do Iguazu — que estava com o processo parado desde Julho/2022. Por fim, Hamilton relatou que o Cacique Ângelo da Aldeia Rio das Cobras em Novas Laranjeiras também informou que estavam sem água. Bruna sugeriu que fosse oficiado também o Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania em vista da visibilidade do Caso dos Yanomami e a importância do tema. Marcel acrescentou que fosse oficiado o Ministério dos Povos Indígenas para que pudessem vir em missão ao Estado do Paraná para verificar a situação dos indígenas. Em seguida, Bruna indicou que os encaminhamentos seriam em caráter de urgência e os colocou em votação — sem ressalvas, foram aprovados por unanimidade. **11. Relatos das Comissões:** Bruna deu início aos relatos. **11.1 Comissão de Acompanhamento Legislativo, Litigância Estratégica e Monitoramento do Plano Estadual de Direitos Humanos:** Marcel informou que não havia relato, entretanto, participou da reunião extraordinária sobre a nova Lei do COPEDH e do Plano Estadual de Direitos Humanos. **11.2 Comissão de Atenção à População em Situação de Rua, Direito à Cidade e a Moradia:** Bruna relatou que ficou definido de dialogar sobre a Audiência Pública na reunião extraordinária, mas sem sucesso, aguardando que a comissão se reúna o mais rápido possível para dar um posicionamento ao colegiado para prosseguimento. **11.3 Comissão de Denúncias:** Ana relatou que foram efetuadas quatro denúncias, uma delas em relação aos povos originários kaingang no município de Apucarana, que o requerente esclarece que estava auxiliando a população originária e requer que a Promotora da 2ª Promotoria do MP escute as lideranças ou visite o local em dias de chuva. Por isso, a comissão solicitou o encaminhamento com relação a solicitar esclarecimentos ao MP e MPF sobre a existência de procedimentos relativos aos fatos — Ana sugeriu que fosse aproveitado os relatos dados pelo conselheiro Hamilton. Nesta denúncia, eles falam sobre as condições e sobre a Casa de Passagem que ainda não definida, segundo relatos, em situações precárias e não condizentes a ética dos indígenas, locais que não condizem com suas culturas e



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPEDH

modos de viver, sem respeitar a questão da locomoção e seus costumes. A segunda denúncia trazida por Ana foi sobre violações de direitos na Penitenciária Central do Estado, esta que foi feita pelo Gabinete do então Vereador e agora Deputado Estadual, Renato Freitas, que relata sobre a quantidade e a péssima qualidade das alimentações fornecidas aos detentos. Segundo familiares, estavam sendo fornecidos alimentos estragados, com larvas e caco de vidro e em quantidade reduzida, com menos da metade do recomendado. Neste caso, por se tratar do Sistema Penitenciário e haver uma comissão específica do COPEDH, foi encaminhado para a Comissão de Monitoramento dos Sistemas de Privação de Liberdade e também sugerido que a denúncia seja encaminhada para a Promotoria de Direitos Humanos e oficiar a OAB/PR por meio do protocolo direcionado ao GT de Pessoas em Privação de Liberdade. A terceira denúncia trazida por Ana foi uma denúncia com relação a violação de direitos e estupro de vulnerável em Apucarana, crime contra a dignidade sexual. Ana indicou que há limites de atuação no COPEDH e relatou que, segundo a denunciante, houve um estupro de uma jovem de 25 anos com retardo mental ao ser conduzida a casa do abusador com a promessa de que lá ele a daria algum presente. Todavia, a denunciante indicou que não foram tomados os devidos procedimentos relacionados ao fluxo de atendimento da vítima — exames, medicações e outros procedimentos tomados em casos de violência contra mulher e vítimas de abuso sexual. A denúncia é um pouco vaga, apesar de ter sido anexado Boletim de Ocorrência e Exame de Corpo de Delito, não há muitas medidas a serem tomadas pela comissão, sendo possível solicitar esclarecimentos à Delegacia Especializada por meio da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Segurança Pública para saber se o fluxo de atendimento em saúde para mulheres e adolescentes em situação de violência sexual estava sendo cumprido no momento que essas vítimas procuram a Delegacia para lavrar o Boletim de Ocorrência. Bruna sugeriu que a vítima fosse procurada para saber qual o motivo de não ter procurado o atendimento do fluxo. Marcel sugeriu que fosse oficiado o MP para colher as providências tomadas com relação ao caso e se houve a devida assistência da vítima. Ana relatou que o outro pedido da denunciante foi de que o celular do abusador fosse averiguado, pois segundo consta em seu relato, ele tirou fotos da vítima, algo que não foi averiguado pelo investigador do caso e poderia ser questionado se os procedimentos de preservação de imagens e possíveis crimes virtuais estavam sendo previstos na investigação.



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPEDH

Por fim, Ana relatou que a denúncia foi trazida pelo conselheiro Diego e se trata de violência policial no bairro Aeroporto em Jacarezinho (PR) em que, na virada do ano, na madrugada do dia 1 de Janeiro houve abordagens truculentas da Polícia Militar. Diego forneceu imagens e vídeos da abordagem truculenta em uma confraternização popular em via pública, onde a Polícia Militar foi averiguar uma ocorrência e soltou bombas de efeito moral para dispersar a população, algo muito violento, tanto que o Prefeito de Jacarezinho por meio de nota em rede social informou que era contra os atos, mas que não era de sua responsabilidade averiguar o caso e sim, da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Portanto, o encaminhamento seria oficiar a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná para que requeira esclarecimentos ao comando da PM responsável quanto a isso e a motivação, além de questionar se há diretrizes em relação à educação em Direitos Humanos sendo praticadas na formação destes agentes. Por fim, Bruna colocou em votação os encaminhamentos da comissão supracitados — sem ressalvas, foram todos aprovados por unanimidade. **12. Informes Gerais:** Bruna informou que ainda hoje (03) encaminhará para todos (as) o Relatório de Atividades do COPEDH (2022-2023), este que provavelmente seria o primeiro documento do tipo produzido pelo conselho. **13. Encerramento:** Em conclusão, Bruna em sua qualidade de presidenta deste colegiado, agradeceu a presença de todos e todas e deu por encerrada a Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná — COPEDH/PR. A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa.